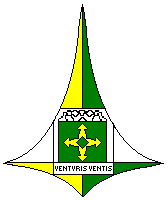


## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

### **GABINETE**



E.M.

Nº. 15 /2013-GAB/SEPLAN Brasília, 15 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2014”, em cumprimento ao disposto nos artigos 149, §3º, 150, §2º, e 168 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Estabelece a Constituição de 1988, em seu art. 165, bem como a Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por objetivo definir normas orientadoras para elaboração dos orçamentos e de sua execução, bem como fixar as metas e prioridades da administração, as metas e projeções fiscais para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes, desdobradas em receita e despesa fiscal, resultados primário e nominal e estoques da dívida pública, consolidada e líquida.

Além disso, trata de importantes orientações, que se refletirão nos aspectos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais, especificamente relacionados a limites e pagamento de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida pública, limitação de empenho e movimentação financeira; na política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento; nas alterações da legislação tributária; e na descrição de possíveis riscos fiscais, que possam afetar as contas públicas do Governo do Distrito Federal, no exercício de 2014 e seguintes.

À sua Excelência o Senhor

AGNELO QUEIROZ

Governador do Distrito Federal

B R A S Í L I A – DF

Atendendo ao princípio da transparência, detalhado no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, com as alterações supervenientes, esta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento promoveu a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar para a sociedade o processo de elaboração do Orçamento de 2014. Tal evento ocorreu no dia 24 de abril, no auditório da Fundação Hemocentro de Brasília – FHB. Na oportunidade, foi delineado o cronograma de todo o processo, de forma a permitir que a população do Distrito Federal possa contribuir, na medida do possível, na definição da aplicação dos recursos públicos, por meio de gestões no âmbito do Poder Executivo como do Poder Legislativo.

Os procedimentos técnicos, legais e operacionais relativamente à matéria de finanças públicas estão integrados ao presente instrumento de planejamento por força de ditames constantes da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e das demais normas legais, além de adequações às Decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com o objetivo de buscar uma maior interação entre os instrumentos de planejamento e orçamento, cujas diretrizes encontram-se incorporadas no presente Projeto de Lei.

Para fim de apuração das metas fiscais da LDO, somente são considerados os orçamentos fiscal e da seguridade social, na forma do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, as programações relativas a investimentos das Empresas Estatais não dependentes de recursos do Tesouro para a manutenção e funcionamento das Unidades, não fazem parte do rol de valores e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na apuração das despesas a serem assumidas pelo Tesouro do Distrito Federal foram levadas em conta as projeções para os gastos das áreas de segurança pública, saúde e educação, custeadas com recursos do **Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF**, **no âmbito da União**. Para fins de definição dos recursos do FCDF, foram feitas projeções para o exercício de 2014, com base na execução da Receita Corrente Líquida - RCL da União efetivamente apurada no período de julho de 2012 a março de 2013, e estimativa para abril a junho de 2013, cujo demonstrativo da União encontra-se disponibilizado no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Projeções levadas a efeito nesta Secretaria apontam para uma expectativa de elevação do comportamento da RCL da União, a ser utilizada para fixação do montante de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal - **FCDF**, no exercício de 2014, à razão de 13,58% sobre os valores aprovados na Lei Orçamentária da União para o exercício de 2013. Isso significa que o **FCDF** deverá ter o Orçamento no valor de R$ 12,147 bilhões, valor este que será confirmado com o fechamento da apuração da RCL – União, no período de abril a junho de 2013.

Assim, a despesa de pessoal a ser custeada pelo FCDF deverá alcançar o valor de R$ 10,784 bilhões e as despesas correntes e de capital, o montante de R$ 1,362 bilhão. Estas últimas são importantes em face de serem consideradas na base de cálculo da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal, na forma do art. 2º, §2º, da LRF.

Aliado a isso, as receitas do Distrito Federal foram compostas pelas projeções de receitas de origem tributária e suas derivadas, elaboradas pela Secretaria de Estado de Fazenda, com subsídios fornecidos pela ADASA, AGEFIS e SEPLAN, as quais representam, em média, 61% do total dos recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, totalizando estas receitas no montante de R$ 19,441 bilhões, já líquidos de renúncia de receita, as quais perfizeram um total de R$ 2,5 bilhões, cuja elevação expressiva se deu apenas no item ICMS, que atingiu o montante de R$ 6 bilhões.

As receitas de operações de crédito foram informadas pela Secretaria de Estado de Fazenda, a luz das programações para captação de recursos ajustadas com o Ministério da Fazenda, por intermédio do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, de sorte a permitir um volume de captação capaz de possibilitar a continuidade dos investimentos em infraestrutura necessária à Capital da República, sobretudo considerando-se as proximidades dos grandes eventos internacionais, como a Copa de Futebol das Confederações em junho de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

As demais receitas foram atualizadas pelo crescimento real da economia (PIB Nacional – 3,54%) e pela projeção da inflação do período, medida pelo IPCA (5,70%), gerando uma variação nominal média de 9,24% sobre as receitas previstas para o exercício de 2014.

Assim, a despesa estimada para os orçamentos fiscal e da seguridade social do Tesouro do Distrito Federal (R$ 19,441 bilhões), juntamente com as do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF (R$ 12,147 bilhões), relativa ao exercício de 2014, totaliza R$ 31,558 bilhões.

Para o estabelecimento da despesa para o exercício de 2014, no caso de pessoal e encargos sociais, que alcançou o montante de R$ 10 bilhões, levou-se em conta a apuração da folha de pagamento, ajustada com base no mês de março de 2013, atualizadas pelo crescimento vegetativo de 3,6% ao ano, acrescida das despesas com terceirização, indenizações trabalhistas e sentenças judiciais, exercícios anteriores, requisições e terceirizações. A esse elenco, somam-se as despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, relacionadas a melhorias salariais e nomeações decorrentes de concursos públicos.

Importa esclarecer que a despesa de pessoal a ser custeada com recursos do Tesouro local leva em conta o montante relativo a essa despesa das áreas de Educação e Saúde não suportado pelo Fundo Constitucional.

Paralelo a isso, foram definidas as despesas com juros, encargos e amortização da dívida pública e com a concessão de empréstimos e financiamentos, informados pela Secretaria de Fazenda, para fins de apuração do resultado primário.

Diante da estimativa da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal, o valor destinado à Reserva de Contingência é fixado em R$ 498,815 milhões, correspondente a 3% da Receita Corrente Líquida, estimada para 2014, a qual deverá ser utilizada, parcialmente, para apresentação de emendas parlamentares.

Já os investimentos estão estimados em R$ 2,591 bilhões. Para as despesas de manutenção e funcionamento da administração pública, estão destinados R$ 5,2 bilhões.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 apresenta substanciais melhorias e avanços, contemplando, dentre outros aspectos, o seguinte:

1. Reestruturação e racionalização da sua estrutura, objetivando a agilidade e exeqüibilidade das decisões de governo, bem como facilitar a sua leitura e oferecer um roteiro claro e seguro para a elaboração da lei orçamentária anual;
2. Inclusão de sugestões advindas da sociedade, fruto da participação popular por meio de audiência pública, com destaque para as do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
3. Estimativa da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal e suas repercussões na metodologia de cálculo dos gastos com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo e Executivo e do nível de endividamento governamental, de acordo com os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal;
4. De acordo com a Decisão nº 1905/2013, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as despesas com pensionistas não estão computadas no demonstrativo de pessoal em relação à RCL (espelho do RGF);
5. Observada as margens de limite para pessoal, de que trata a Lei Fiscal, a concepção do relatório de “Despesa de Pessoal Autorizada a Sofrer Acréscimos” se mantém da mesma forma que a encaminhada no PLDO do exercício pretérito, com o objetivo de permitir a flexibilização e controle dos incrementos nas despesas à luz da disponibilidade orçamentária e das margens fiscais.

Diante dessas considerações, e levando em conta esse importante instrumento de planejamento, que dá inicio efetivo ao processo de elaboração da proposta orçamentária do Governo do Distrito Federal para o exercício de 2014, necessário se faz a entrega do anexo Projeto de Lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal, de forma a cumprir o prazo estabelecido no art. 150, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal (15 de maio).

Respeitosamente,

**LUIZ PAULO BARRETO**

Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento